

VOLLI, U. A virada narrativa da semiótica. *ReVEL*, v. 23, n. 45, 2025. Trad. Victória Medeiros da Silva; revisão de Cláudia Mendonça Scheeren e Silvana Silva. [www.revel.inf.br].

A VIRADA NARRATIVA DA SEMIÓTICA

Ugo Volli¹

A narratividade é o conceito central da semiótica contemporânea, ao menos daquela de derivação greimasiana, mais ou menos ortodoxa e mais ou menos mesclada com conceitos peirceanos, praticada na maior parte dos países europeus. Essa centralidade, inicialmente, diz respeito a seus objetos de análise, que quase sempre são considerados pela análise semiótica contemporânea, sobretudo pela sua pertinência narrativa. Seja no jornalismo ou na pintura, na literatura ou na publicidade, o primeiro passo padrão do semiólogo é o de tentar identificar um nível em que se realize alguma narrativa. Já se passaram décadas desde a época em que se buscava definir os “signos” do cinema e da pintura, talvez organizados em unidades mínimas e caracterizados por dupla (ou tripla articulação: Metz 1968, Pasolini 1962); ou daquela em que se considerava útil encontrar uma “linguagem” precisa das histórias em quadrinhos, com uma gramática particular de gênero. Há algumas décadas, compreender um “texto” (publicitário, jornalístico etc.) significa, sobretudo, definir aquilo que ele narra e tentar aplicar os esquemas, os níveis, os conceitos canônicos da análise narrativa. O mundo social, como aparece à semiótica, é, portanto, antes de mais nada, uma rede de narrativas, ainda que congeladas em objetos, imagens ou palavras.

Mas essa mudança de objeto, ou melhor, de programa de pesquisa sobre os objetos, não é tudo, é apenas o resultado de uma transformação mais profunda. É o método semiótico enquanto tal, o seu aparato teórico, as metodologias que são aplicadas às análises, que faz uso geral e sistemático, quase exclusivo, de instrumentos e conceitos derivados da análise das narrativas. A semiótica hoje se baseia, essencialmente, em um pressuposto raramente colocado em discussão e até mesmo explicitado, segundo o qual a própria forma do sentido é a narrativa.

¹ Università degli Studi di Torino.

Aqui há uma grande diferença entre a semiótica e as outras ciências humanas no que diz respeito à narratividade. A psicologia e a sociologia, e de outra forma, também a teoria da literatura, muitas vezes interessam-se naturalmente pela narrativa em geral e, nas últimas décadas, a tornaram um objeto privilegiado de estudo. No entanto, trata-se de objetos ou de interpretação narrativa de fenômenos que também possuem outros aspectos. Nos estudos literários, o aspecto narrativo – também entendido em seu sentido mais amplo, incluindo a caracterização dos personagens e das suas paixões e percepções, é apenas um dos níveis que articulam o objeto literário, desde a sua dimensão fonética até a retórica, do léxico à sintaxe, à construção de valores e emoções. O mesmo ocorre na filmografia e na história da arte, onde também não faltam dimensões narrativas claras, mas existem outros objetos de análise de igual ou até mesmo maior importância. No que diz respeito à sociologia e à psicologia, nelas a atividade de storytelling e o aspecto narrativo das representações individuais e sociais são muito importantes, ao menos segundo certas correntes (cito apenas a título de exemplos notáveis Bruner 1985, Jedlowski 2000, Lieblich et al. 1998), mas trata-se de efeitos de sentido que, na maioria das vezes, podem derivar de outros níveis causais e explicativos.

Em suma, nenhuma outra ciência humana declara possuir um método narrativo que permita, ou até mesmo a obrigue, a filtrar por meio da narrativa de qualquer objeto. Talvez apenas a psicanálise tenha desenvolvido, em um certo momento, um núcleo de uma metalinguagem narrativa, com a teoria do Édipo (para uma análise minha da narratividade em Freud, Volli 2012); mas a ela foram associados outros modelos explicativos, como a topologia da consciência e a interpretação “hidráulica” das pulsões. Houve momentos na filosofia em que o procedimento expositivo foi fortemente marcado por métodos narrativos, desde o *mythos* platônico ao uso da autobiografia (ou da meditação guiada) como instrumento de compreensão teórica, por exemplo, no Agostinho das Confissões, no Descartes das Meditações Metafísicas, em Rousseau, Nietzsche e Kierkegaard. Mas tratava-se, principalmente, de dispositivos retóricos, utilizados para tornar a experiência subjetiva compreensível, convincente, utilizável como fonte de teoria, resumidamente, para superar o paradoxo de uma teoria universal fundada na experiência individual. O que conta, sobretudo nesses casos, é a atestação do vivido, antes e para além da sua narrativa. Outro caso é o dos exemplos e contraexemplos ficcionais, amplamente usados na filosofia analítica contemporânea a partir de

Wittgenstein. No geral, essas incursões são justificadas implicitamente como excursões expositivas ou didáticas, que não constituem um método de pensamento.

O desenvolvimento teórico atual em direção à narratividade é tão difundido e geral na semiótica que dificilmente é colocado em questão ou até mesmo comentado. Já em torno da substituição do conceito de texto pelo de signo, ocorrida (sempre na semiótica europeia majoritária) há cerca de cinquenta anos, discutiu-se bastante. Em particular, refletiu-se sobre a definição semiótica de texto, que não é nada óbvia, dado que, para alguns, ela se estende até as práticas (assim em Marrone 2010, 2011). A semiótica contemporânea tem consciência dessa mudança, sobretudo do abandono da ideia de que os fenômenos de comunicação deveriam ser organizados em “códigos” ou em “linguagens” análogos ao verbal também em sua articulação – de modo que, como indiquei, discutiu-se longamente sobre a dupla ou tripla articulação do cinema e sobre a existência de unidades mínimas no plano das expressões das imagens, ou ainda sobre a presença ou a ausência de arbitrariedade nos “signos icônicos” (para uma formulação teórica geral dessa posição, veja Benveniste 1966).

Todos esses temas caíram no esquecimento junto com o projeto geral de uma semiótica dos signos, o projeto de uma semiótica dos códigos, o objetivo de definir gramáticas e gêneros: o texto é considerado, na prática, uma criatura essencialmente individual, a ser explorada *juxta propria principia* e não a ser justificada como um ato de fala que atualize uma determinada *langue* (a ser reencontrada por meio da análise de muitos atos de fala análogos, segundo a aula saussuriana). Também essa renúncia no nível intermediário dos gêneros e dos códigos não foi particularmente discutida na semiótica, embora derive de uma posição teórica precisa do greimasismo, a de que o texto dado e, portanto, expresso em uma certa substância, segundo certas convenções de gênero, seria apenas uma “manifestação” derivada do verdadeiro objeto de análise, um texto normalizado e pressuposto que se encontraria em um nível “mais profundo” – de modo que, na prática, o objeto da análise não seria o empírico, mas sim o resultado da aplicação prévia a ele dos métodos analíticos pressupostos, com uma suspeita óbvia de circularidade.

No entanto, sobre a virada narrativa da semiótica não houve praticamente nenhum debate teórico. A ideia se impôs progressivamente, quase por si mesma, sem nunca ter sido objeto de demonstração ou refutação teórica. Vale a pena tentar, antes de tudo, uma colocação histórica. No *Curso de Linguística Geral* de Saussure, a narração não aparece, certamente não em relação a *sémiologie*, assim como para

outros precursores europeus do estruturalismo, do círculo de Praga a Jakobson e Hjelmslev. E, ainda que na vasta e desordenada produção de Peirce seja possível encontrar vestígio da noção de narrativa, ela certamente está completamente desvinculada da de signo e, em particular, da de signo como dispositivo triádico de referência a um objeto que é o centro da teoria peirceana. O mesmo pode ser dito de Charles Morris, elaborador e simplificador dessa teoria, e seu divulgador nos ambientes neopositivistas.

Então, até o renascimento semiótico dos anos sessenta, inclusive, não existiu um espaço teórico significativo na semiótica (ou na *sémiologie*) para a narratividade. Nos Elementos de Semiologia (Barthes 1964), que constituíram seu manifesto principal, não há vestígio desse campo conceitual, ainda que Barthes tenha se ocupado amplamente de narrativas desde o início da sua carreira (O Grau Zero da Escrita, 1953; *Michelet par lui-meme*, 1954; Sobre Racine, 1957) e não deixou de fazê-lo até o fim (Sollers escritor 1979 e *Sur la littérature*, 1980, estão entre os últimos livros publicados em vida). A mesma ausência se encontra no primeiro livro importante de teoria semiótica geral de Umberto Eco, A estrutura ausente (Eco 1968, embora muitos dos textos ali reunidos e remontados façam referência aos anos 1965-67); não é preciso ressaltar o interesse teórico e prático de Eco pela literatura, já presente antes desse texto (*Il caso Bond* é de 1965, *Le poetiche di Joyce* de 1966). Tanto em Barthes quanto em Eco (e em muitos co-protagonistas do renascimento semiótico, de Prieto a Garroni) a narratividade e o que a ela se refere não constituem um tema significativo da teoria semiótica. No máximo, pode-se falar de uma semiótica da literatura (sobre a qual, naqueles anos, trabalharam na Itália: Cesare Segre, Maria Corti, D'Arco Silvio Avalle, Marcello Pagnini, Alessandro Serpieri etc.); essa, contudo, dedicava-se a identificar os “signos” dos textos literários e suas características peculiares.

Por outro lado, se olharmos para a tradição dos estudos sobre a narrativa, ela se desenvolve muito distante da teoria dos signos, da comunicação e da linguística. Sem refazer todo o percurso, basta indicar aqui que a Poética de Aristóteles, verdadeira origem do campo dos estudos, tem como objetivo explícito a fundação de um discurso crítico sobre o teatro e distingue-se claramente de suas obras lógicas e linguísticas. Se observarmos o desenvolvimento noventista do formalismo russo, do qual emerge a Morfologia do Conto Maravilhoso, obra de Propp (1928) que, como veremos, quase quarenta anos após sua publicação tornou-se decisiva para a virada

narrativa da semiótica, encontramos citações de Goethe, mas não de linguistas ou daqueles que fazem parte da genealogia semiótica. O ponto de passagem foi Roman Jakobson que, depois de participar do movimento formalista russo, transferiu-se para Praga em 1920 e ali fundou, em 1926, o saussuriano *pražský lingvistický kroužek* (Círculo Linguístico de Praga), sem perder o contato cultural com seus antigos companheiros. Foi sua esposa, Svatava Pirkova, quem escreveu o prefácio da obra de Propp em inglês, em 1958, publicada pela Mouton, provavelmente por sugestão dele.

A influência da obra de Propp expandiu-se significativamente quando Claude Lévi Strauss publicou uma ampla resenha (Lévi-Strauss, 1960, depois traduzida em muitas línguas), na qual, embora distinguisse entre formalismo (de Propp) e estruturalismo (seu), admitiu que “através do ensinamento de Roman Jakobson, havia chegado até ele algo de sua substância e de sua inspiração”. Na realidade, o método de Lévi-Strauss era explicitamente devedor da linguística e, em particular, da fonologia do círculo de Praga: “*la phonologie ne peut manquer de jouer, vis-à-vis des sciences sociales, le même rôle rénovateur que la physique nucléaire, par exemple, a joué pour l’ensemble des sciences exactes*” (Lévi-Strauss 1958:46). Mas o que interessava ao antropólogo francês era a possibilidade de unificar estruturalmente os contos míticos de diferentes populações, na busca de uma estrutura geradora unitária e, certamente, o livro de Propp constituía um possível precedente e um exemplo de método nessa direção. Pelo menos aos olhos de Lévi-Strauss, que criticava na resenha mencionada acima, uma certa timidez de Propp e sua insistência em considerações históricas que, de resto, dariam origem ao seu segundo livro importante, que na Itália se chama *Le radici storiche dei racconti di fate* (Propp 1946, traduzido para o italiano em 1949 e, portanto, uma década antes de a Morfologia estar disponível em uma língua ocidental). Como se sabe, Propp não concordou com aquilo que não considerou um “ato de reconhecimento”, como queria seu ilustre revisor, mas, ao contrário, um “ataque”, e respondeu duramente, reivindicando sua abordagem que contempla morfologia e história. O diálogo completo pode ser lido no apêndice da edição italiana de *Morfologia*.

A tradução de Propp e o debate que se seguiu, juntamente com a influência cultural alcançada pelo método de Lévi-Strauss, que aplicava o estruturalismo às narrativas míticas, foram a causa de mais um interesse crescente da semiologia que estava (re)nascendo naquela época pelo tema da narrativa. Um testemunho disso é o

importante e muito citado número 9 da revista *Communications*, com a introdução autorizada de Barthes (1966). Contribuíram para este número, entre outros, Greimas, Bremond, Eco, Todorov, Metz, Violette Morin, Genette. Os métodos propostos eram diversos, mas a ideia dominante, suficientemente compartilhada, era fazer do relato e da sua gramática um possível objeto da semiótica, e vice-versa, da semiótica o lugar próprio de uma reflexão teórica sobre o relato.

É a partir de então que se pode datar o início da narrativização da semiótica e das divisões que dela se seguiram. Eco, no número da *Communications*, publicou sua análise muito empírica e igualmente brilhante do mito de James Bond; Barthes se interessou pela metodologia da análise gramatical do relato individual, que mais tarde desenvolveu em *S/Z* e, de vez em quando, deixou transparecer seu interesse geral pela ideologia (haviam se passado apenas dois anos desde a sua “Retórica da Imagem”, na qual fundou a análise semiótica da publicidade), Greimas propôs “*en hommage à Claude Lévi-Strauss*” dos “*Éléments pour une théorie de l’interprétation du récit mythique*”, nos quais já apareceu uma teoria dos actantes e uma divisão dos episódios em termos de “contrato”, “prova qualificante” e “glorificante”, etc.

No mesmo ano foi publicado *Sémantique structurale* (Greimas 1966), um livro que começa com uma análise composicional dos elementos da linguagem, mas que conclui deslocando a semântica em direção às grandes unidades transfrásticas e, em particular, com dois capítulos sobre “modelos actanciais” e os “modelos de transformação” (este último explicitamente elaborado por Propp), que já delinearão os grandes temas da semiótica greimasiana clássica. Em suma, a obra retoma e generaliza a leitura lévi-straussiana de Propp. Entretanto, vale dizer que Eco rejeita, com crescente consciência, a abordagem narrativo-estrutural da teoria lévi-straussiana: toda a seção D d’A *estrutura ausente*, que não por acaso dá título de capítulo a todo o livro, constitui uma tentativa de refutar esse projeto semiótico. Mas, desse ponto de vista, a voz de Eco permanecerá isolada. Greimas funda sua semiótica estrutural/narrativa com um artigo de 1969, *Elementos de uma Gramática Narrativa*, que é retomado em *Sobre o sentido* (Greimas 1970), na abertura da seção central dedicada ao *Récit*, precedendo o artigo publicado quatro anos antes em *Communications* e outros ensaios que especificam melhor a matéria. Os primeiros parágrafos deste artigo constituem a primeira (e talvez a única) justificativa explícita do que chamei de “virada narrativa” da semiótica, pela qual vale a pena citá-los de

forma longa. Começa com um parágrafo intitulado “a situação histórica”, no qual se afirma programaticamente que

O interesse, cada vez maior, manifestado desde há alguns anos pelos estudos sobre a narratividade desenvolve-se paralelamente às esperanças e projetos de uma semiótica geral [...]. Em um primeiro tempo, a comparação entre os resultados de pesquisas independentes – as de V. Propp sobre o folclore, as de Lévi-Strauss sobre a estrutura do mito, as de Étienne Souriau sobre o teatro – permite a afirmação da existência de um domínio de estudos autônomo [...]. Enquanto isso, a nossa própria preocupação era a de estender o mais possível o campo de aplicação da análise narrativa e a de formalizar cada vez mais os modelos parciais estabelecidos ao longo das pesquisas: pareceu-nos, sobretudo, importante insistir na afirmação do caráter semio-lingüístico das categorias utilizadas na elaboração destes modelos [...] garantia de sua universalidade e meio de integração das estruturas em uma teoria semiótica generalizada. (Greimas 1970: 157, trad. it. 167; as citações seguintes são retiradas das páginas sucessivas do mesmo texto)²

Até aqui tivemos apenas uma justificativa “histórica” para uma pretensão teórica (um argumento estranho), ou seja, a ideia de anexar a teoria narrativa à semiótica e que essa anexação poderia ser uma “garantia” para a universalidade dos modelos narratológicos, o que certamente é um grande problema: quem garante que os relatos de diferentes culturas, de diferentes épocas, de diferentes lugares, de diferentes gêneros etc. sejam aplicações da mesma gramática ou dos mesmos “modelos”? Greimas não se detém sobre essa “garantia” presumida e, em vez disso, prossegue na linha da anexação universalizante: em seguida ao desenvolvimento desses modelos

era preciso admitir que as estruturas narrativas podem ser reconhecidas em manifestações do sentido que se efetuam fora do domínio das línguas naturais [...], por exemplo, no cinema, nos sonhos, na pintura figurativa UV]. Tal reconhecimento, entretanto, implicava em aceitar a necessidade de uma distinção fundamental entre dois níveis de representação e análise: um nível aparente [Greimas, no texto em francês, escreve “*apparent*” em itálico UV], da narração, onde as diversas manifestações desta se submetem a exigências específicas das substâncias lingüísticas através das quais ela se exprime; e um *nível imanente*, que constitui uma espécie de tronco estrutural comum, onde a narratividade se encontra situada e organizada anteriormente a sua manifestação. Um nível semiótico comum se distingue, portanto, do nível lingüístico e lhe é logicamente anterior, seja qual for a língua escolhida para a manifestação.³

² Nota da tradutora: Cf. GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido: ensaios semióticos. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar e outros. Petrópolis: Vozes, 1975. P. 144.

³ Nota da tradutora: Cf. GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido: ensaios semióticos. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar e outros. Petrópolis: Vozes, 1975. P. 145.

É uma pretensão teórica muito forte, uma das premissas fundamentais da semiótica greimasiana, que autoriza o semiótico a ocupar-se do “plano imanente” em vez do “aparente”. Existe, no entanto, uma evidente imposição teórica: do fato de que expressões linguísticas podem ser encontradas em diferentes línguas, certamente não se segue que haja um “tronco estrutural comum” do sentido das frases que estaria oculto em um nível “imanente” (imanente, ou seja, interno a quê?). Assim, a possibilidade de haver figuração pictórica, fotográfica, pixelada etc. não implica de modo algum que as imagens vistas sejam “aparentes” e que exista um “tronco estrutural comum” da figuração. O fato de que a existência de narrativas (ou figurações, ou argumentações) – veja, não da mesma narrativa, figuração etc., o que poderia remeter à questão da tradução, mas simplesmente de textos que, por alguma razão, em diferentes “linguagens”, nos permite pensar não apenas em um nível semiótico “comum”, mas também que ele deva ser “anterior”, não minimamente justificado, mas apenas dogmaticamente pressuposto, como se vê no início do parágrafo seguinte, dedicado a “narratividade e semiótica”:

Verificamos pois que, por menos que admitamos que a significação seja indiferente aos modos de sua manifestação [o que, no entanto, não decorre do que foi dito até agora, ao notar apenas uma pluralidade de possíveis linguagens para a narrativa e pressupondo um “nível semiótico comum”: a “indiferença” é um passo a mais], somos obrigados a reconhecer um plano estrutural autônomo [*palier*, em francês], lugar de organização de vastos campos de significação, que deverá ser integrado em toda teoria semiótica geral [... para] dar conta da articulação e da manifestação do universo semântico como totalidade de sentido. [. . .] *A geração da significação não passa antes pela produção dos enunciados e sua combinação no discurso; em seu percurso, ela é revezada pelas estruturas narrativas e são estas que produzem o discurso significativo, articulado em enunciados* [itálico de Greimas].⁴

Aqui há uma nova inversão muito significativa e não justificada: a narratividade passa de possível objeto da atenção semiótica, ao lado de muitos outros fenômenos gerais, como a figuração, a enunciação ou a referência, a princípio organizador da “geração da significação”. Trata-se do ponto decisivo que dá origem ao programa de pesquisa fundamental da semiótica greimasiana. Por um lado, há um percurso que vai do nível “imanente” ao nível “aparente” e se desenvolve “a partir de aglomerados elementares de sentido [...] passando por etapas sucessivas [obtendo assim] articulações sucessivamente cada vez mais complexas a fim de [...] configurar-

⁴ Nota da tradutora: Cf. GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido: ensaios semióticos. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar e outros. Petrópolis: Vozes, 1975. P. 145 e 146.

se como sentido articulado, isto é, como significação”. Por outro, esse itinerário (que mais tarde será chamado “percurso gerativo do sentido”) “é regido [...] por estruturas narrativas” ou, mais precisamente, pelos modelos que se propõem para descrevê-las, ou seja, uma síntese da análise actancial de Tesnière e da reorganização bem resumida que Greimas propõe do esquema de Propp. Em suma, as “estruturas narrativas” tornam-se aqui o “modelo” geral da produção do sentido.

Frequentemente se argumenta que a concepção greimasiana dos diferentes níveis do sentido foi determinada a partir da linguística gerativa de Chomsky, da qual evidentemente também derivam outros detalhes da teoria greimasiana, desde os nomes das fases de “competência” e “desempenho” no caminho do sentido, chamadas justamente “generativas”, até o tema da “conversão” dos níveis de sentido. É difícil comprová-lo porque a escrita de Greimas, em geral, dá pouquíssima conta de suas próprias fontes, com raras referências internas no texto ou nas poucas notas de rodapé. Geralmente, seus livros não têm bibliografia nem índice de nomes, o que dificulta a pesquisa. Contudo, é preciso levar em conta que Chomsky foi traduzido na França com grande atraso (a obra seminal *Structures syntaxiques* foi publicada pela Seuil somente em 1969, 12 anos depois de *Syntactic Structures* ter sido publicado em inglês em Nova Iorque pela Mouton, e ao mesmo tempo que o artigo original do qual o capítulo que estou discutindo foi retirado). Portanto, é possível considerar que a terminologia chomskiana tenha sido adicionada posteriormente à intuição sobre os níveis de sentido da narrativa, cujo ponto central é a interpretação (contestada por Eco) dos esquemas proppianos e lévi-straussianos como “estruturas” reais (ou seja, também *in re*) e não como meros instrumentos metalinguísticos de descrição conveniente. De fato, são estes os “modelos” e as “estruturas” evocadas repetidamente nas citações que apresentei.

É dessa intuição que surgem os princípios da virada narrativa, a saber: (1) que a forma do sentido seja narrativa; (2) que a estrutura narrativa seja universal; e (3) que, caso não seja encontrada em forma canônica no texto dado (a “manifestação” reduzida, como vimos, à aparência), é permitido, na verdade obrigatório, postular um nível “imaneente”, ou melhor, oculto, no qual sua forma é totalmente realizada, exceto por ter sido transformada, em parte apagada, modificada e permutada no processo de manifestação. É um programa de pesquisa que, em quase cinquenta anos de existência, obteve sucessos notáveis, porque conseguiu construir uma ferramenta padronizada e, portanto, bastante simples e praticável para os mais variados

produtos de comunicação. No entanto, nunca esclareceu realmente suas bases teóricas e não as justificou de maneira convincente. Foi simplesmente aceito como um dogma ou – na melhor das hipóteses – como uma ferramenta pragmaticamente eficaz. Questionar o papel da narrativa no pensamento contemporâneo, e, portanto, também na semiótica, pode certamente ser uma forma de reabrir a discussão sobre esses princípios.

REFERENCIAS

- BENVENISTE E. (1966), *Problèmes de linguistique générale*, Paris: Gallimard.
- BARTHES R. (1964), *Éléments de sémiologie*, Paris: Seuil.
- (1966), *Introduction à l'analyse structurale des récits. Communications*, 8, 1966. Recherches sémiologiques : l'analyse structurale du récit.
- BRUNER J. (1985), *Actual Minds, Possible Worlds*, Boston: Harvard Un. Press.
- ECO U. (1968), *La struttura assente*, Milano: Bompiani.
- GREIMAS A.J. (1966), *Sémantique structurale*, Paris: Larousse.
- (1970), *Du sens*, Paris Seuil.
- JEDLOWSKI P. (2000), *Storie comuni. La narrazione nella vita quotidiana*, Milano: Bruno Mondadori.
- LÉVI-STRAUSS C. (1958), *Anthropologie structurale*, Paris, Plon.
- (1960), *La structure et la forme. Réflexions sur un ouvrage de Vladimir Propp*, *Cahiers de l'institut de sciences économiques appliquées* 9, 1960.
- LIEBLICH A., TUVAL-MASHIACH R., ZILBER T. (1998), *Narrative Research. Reading, Analysis And Interpretation*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- MARRONE G. (2010), *L'invenzione del testo*, Roma-Bari: Laterza.
- (2011), *Introduzione alla semiotica del testo*, Roma-Bari: Laterza.
- METZ C. (1968), *Essais sur la signification au cinéma*, Paris, Klincksieck.
- PASOLINI, P.P. (1972), *Empirismo eretico*, Milano: Garzanti.
- PROPP V.J. (1928), *Morfologija skazki*, Leningrad: Akademija.
- (1946), *Istoriceskie korni fiaba*, Leningrad: Akademija.
- VOLLI, UGO (2012), *Al di là del principio di significazione - La teoria narrativa alla prova dei sogni di Freud*. In: A.M. Lorusso, C. Paolucci, P. Violi, *Narratività - problemi, analisi, prospettive*, Bologna, Bononia Un. Press.